

**A. I. N°** - 100303.0009/06-5  
**AUTUADO** - INPAF INDÚSTRIA DE PAPÉIS FEIRENSE LTDA.  
**AUTUANTE** - MARGARET SAMPAIO BARBOSA LUCAS  
**ORIGEM** - INFAZ FEIRA DE SANTANA  
**INTERNET** - 28. 09. 2006

#### **4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

#### **ACÓRDÃO JJF N° 0284-04/06**

**EMENTA:** ICMS. 1. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. RECOLHIMENTO A MENOS DO IMPOSTO. A empresa de pequeno porte pagará mensalmente o ICMS calculado mediante aplicação, sobre a receita bruta mensal, dos percentuais determinados na legislação e em função da receita bruta ajustada acumulada desde o início do ano, se for o caso, até o mês de referência. Infração caracterizada. 2. CONTA CAIXA. MOVIMENTO FINANCEIRO. SALDOS CREDITORES. PRESUNÇÃO DE OPERAÇÕES NÃO DECLARADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Demonstrada a existência de saldos credores de Caixa. Alegada a nulidade da autuação, por falta de elementos suficientes para caracterização do cometimento da infração. Rejeitada a preliminar de nulidade. Infração mantida. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### **RELATÓRIO**

O Auto de Infração, lavrado em 06/06/2006, exige ICMS no valor total de R\$ 284.851,55, decorrente de:

1. Recolhimento a menos do ICMS, na condição de empresa de pequeno porte, enquadrada no regime simplificado de apuração do imposto – SimBahia. Valor R\$ 74.789,12.
2. Omissão de saída de mercadorias tributáveis apurada através de suprimento de caixa de origem não comprovada. (Valor do imposto: R\$ 210.062,43; percentual da multa aplicada: 70%).

O autuado apresenta defesa tempestiva, fls. 816/820, argumentando que o valor considerado como recolhido a menor pelo fisco não condiz com a realidade, posto que recolheu seus tributos e em especial o imposto questionado. Aduz que para se falar em recolhimento a menor deve-se antes de mais nada comprovar a origem das entradas de mercadorias, o que não ocorreu no caso em comento.

Ressalta que o fato gerador do ICMS encontra-se previsto na Lei Complementar nº 87/96, em seu art. 2º, como também em seu art. 3º estão elencadas as hipóteses excludentes de incidência do imposto, transcrevendo, em seguida os referidos dispositivos. Diz que o Fisco, através do auto de infração não consegue deixar claro nenhuma dessas hipóteses de incidência, não permitindo ao contribuinte tomar conhecimento do que ocasionalmente venha a dever ao ente estatal.

Prossegue a sua defesa citando o art. 5º da Constituição Federal e observa que é garantia constitucional que se tenha no devido processo condições mínimas a ofertar a oportunidade para o exercício da ampla defesa. Alega ainda que a autuação, da maneira como foi emitida, não oferece informações claras e evidentes quanto à infração praticada e no procedimento

administrativo o ônus probatório fica a cargo daquele que alega o fato que constitui o direito.

Ao final, requer a improcedência do Auto de Infração.

A autuante apresenta informação fiscal, páginas 844/847, esclarecendo que após análise dos documentos apresentados pela autuada, foi elaborado o demonstrativo de fl. 06, confrontando as informações com a fl. 29 e documentos de fls. 17 a 28 – 30 a 813, bem como as fls. 07 a 16, comparando os valores citados nos mesmos, comprovados através das notas fiscais de compras e vendas, as vias das notas fiscais do CFAMT, DME e informações dos sistemas da SEFAZ. Salienta que os valores foram apurados em conformidade com os documentos apresentados pela autuada.

Quanto à alegação de cerceamento do direito de defesa, discorda da defendente, uma vez que no ato da ciência do lançamento, foi comentado e apresentado o trabalho junto ao gerente da empresa que recebeu cópias dos demonstrativos, conforme recibo à fl. 02 do PAF.

Finaliza propondo que seja mantido o valor total do débito e o julgamento procedente da autuação.

### **VOTO**

Trata-se de Auto de Infração lavrado para cobrar o recolhimento a menos do ICMS de contribuinte enquadrado no SIMBAHIA na condição de EPP e a omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de suprimimento de caixa de origem não comprovada.

Em relação às alegações pertinentes à inconstitucionalidade da legislação tributária estadual, ressalto que tal matéria, de acordo com o artigo 167, I, do RPAF/99, não se inclui na competência deste órgão julgador.

Observo que no Auto de Infração consta erro no enquadramento e na multa aplicada da infração 02. O correto, de acordo com a descrição do fato, é o previsto no artigo 2º, § 3º inciso I, 50, 60 inciso I, 124 inciso I e 218 do RICMS aprovado pelo Decreto 6.284/97 e a multa devida é determinada pelo artigo 42, inciso III da Lei 7.014/96.

Não acolho à preliminar de nulidade suscitada na 2ª infração, uma vez que o erro de enquadramento e da multa aplicada no Auto de Infração não anula a ação fiscal, tendo em vista que o autuado recebeu cópias dos demonstrativos apresentados como prova da infração cometida, conforme declaração assinada em 26/06/2006, pg. 02 e estes são auto explicativos. Ademais de acordo com o Art. 19 do RPAF “A indicação do dispositivo regulamentar equivale à menção do dispositivo de lei que lhe seja correspondente, não implicando nulidade o erro da indicação, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente o enquadramento legal”.

No mérito, em relação à infração 01, o impugnante alega que já recolheu o imposto questionado e que o fisco deve comprovar a origem das entradas de mercadorias efetuadas, o que não aconteceu na presente lide.

De acordo com o art. 387-A do RICMS/BA “O ICMS devido pela empresa de pequeno porte será apurado, mensalmente, mediante a aplicação de percentuais específicos sobre a receita bruta mensal, que serão determinados em função da receita bruta global acumulada da empresa desde o início do ano, se for o caso, até o mês de referência, sendo que, caso a empresa tenha titular ou sócio participando do capital social de outra ou outras empresas de mesma condição cadastral, o percentual será determinado em função da receita bruta global acumulada de todos eles, observadas as deduções previstas no [inciso II do §1º do art. 384-A](#).”

Da análise dos documentos acostados aos autos, constata-se que o roteiro de fiscalização utilizado pelo autuante foi o cálculo do imposto mensal apurado através de documentos fornecidos pela própria empresa, notas fiscais do CFAMT e DME, anexas aos autos, comparando-se com os valores mensais efetivamente recolhidos pelo autuado, cobrando-se a diferença do

ICMS devido, conforme demonstrativo de pg. 06. O impugnante não apresentou na peça defensiva nenhuma prova material que pudesse elidir a ação fiscal. Dessa forma, entendo que a mesma deve ser mantida na autuação.

Quanto à infração 02, que acusa o autuado de apresentar saldo credor apurado através de levantamento da movimentação financeira da empresa, exercícios de 2004 e 2005, observo que o mesmo não contestou os valores constantes dos demonstrativos anexos às folhas 07 a 16 do PAF, limitando-se a afirmar que a mera presunção não é suficiente para determinar a culpa e a composição do débito, devendo o ente fazendário provar que o contribuinte infringiu alguma norma.

Em relação às provas reclamadas pelo autuado, saliento que as mesmas estão anexadas ao processo às folhas 17 a 813 e existe previsão legal para a presunção, conforme o art. 4º, § 4º, da Lei n.º 7.014/96 que dispõe: “O fato de a escrituração indicar saldo credor de Caixa, suprimentos a Caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a ocorrência de entrada de mercadorias não contabilizadas, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.”

Diante do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do presente Auto de Infração.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **100303.0009/06-5**, lavrado contra **INPAF INDÚSTRIA DE PAPÉIS FEIRENSE LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$284.851,55**, acrescido das multas de 50% sobre R\$74.789,12 e 70% sobre R\$210.062,43, previstas no art. 42 inciso I ”b”, item 3 e III da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 05 de setembro de 2006.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA – PRESIDENTE

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA – RELATOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR